

## Bióloga critica opção de utilização de terras para produção de biocombustíveis

Uma bióloga africana criticou a opção dos governos africanos de cederem grandes superfícies de terras aráveis às multinacionais para a produção de biocombustíveis e alertou os cidadãos da Guiné-Bissau para recusarem tal opção.

Assétou Samaké, especialista em biologia genética e activista da Copagen (Coligação para a Defesa do Património Genético Africano) afirmou ser “errado e enganoso” a ideia divulgada por alguns países e instituições internacionais em como a luta contra a pobreza em África passa pela cedência de terras às multinacionais para a produção dos biocombustíveis.

“Recentemente, vimos até o Banco Mundial a aconselhar os países africanos a aceitarem essa opção que é errada e enganosa. Convidamos os países africanos a denunciarem essa opção. Podemos lutar contra a pobreza sem vender as nossas terras”, defendeu a especialista oriunda do Mali.

Segundo Samaké, o “novo paradigma” em voga nalguns países, a chamada Revolução Verde na agricultura, jamais poderá ser um êxito para os africanos uma vez que poderá “deixar de fora do próprios agricultores”.

“A Revolução Verde pressupõe conceder milhares de hectares de terras às multinacionais, que por sua vez fazem a agricultura com o recurso a organismos geneticamente modificados, deixando de lado as sementes que os agricultores africanos usam e usaram, e pressupõe a mecanização da agricultura e muita energia”, criticou Assétou Samaké.

“Oitenta por cento da população africana vive da agricultura. Já imaginaram o que seria deixar de lado essa gente toda por causa da Revolução Verde que se diz por aí”, questionou a especialista.

O mais grave, segundo Assétou Samaké, é o facto de a ideia estar a ser alimentada por países que tradicionalmente sempre caminharam ao lado dos africanos, ou seja, a Índia, a China e o Brasil e ainda contar com a concordância de certos africanos.

“Muitos dizem que as multinacionais não vão levar as terras, que vão trabalhar. Mas, os contratos para a utilização dessas terras são de 99 anos e renováveis. Isso significa hipotecar o futuro de três gerações de africanos”, considerou Samaké.

“Porque é que nós, os africanos, vamos aceitar alienar as nossas terras que nos custaram tanto sacrifício com as independências. No caso concreto da Guiné-Bissau, houve mesmo uma luta armada para a independência”, lembrou Assétou Samaké, convidando os guineenses a rejeitarem qualquer ideia de alienação das terras.

“Qualquer povo que aceite que os seus responsáveis vendam a terra às multinacionais é cúmplice dessa situação. Isto é uma nova colonização em curso em África e, às vezes, com a nossa anuência”, defendeu Assétou Samaké.

O representante da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), na Guiné-Bissau, Nelson Dias, manifestou-se de acordo com as ideias de Assétou Samaké, tendo denunciado a ideia “em tempos falada” em Bissau de concessão de 500 hectares de terras a uma multinacional para o cultivo de jatropa.

“A Guiné-Bissau tem 36.125 quilómetros quadrados, ora conceder 500 hectares de terras significaria alienar 5 mil quilómetros de terra”, avisou Nelson Dias.

As posições dos dois especialistas foram apresentadas hoje numa conferência para analisar a cedência de terras para a chamada agricultura biológica, organizada por diversas organizações não governamentais que actuam no país.

<http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=26623&category=Guin%E9%20Bissau>